

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.587.454 - RS
(2019/0282028-0)**

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : CURTUME BANNACH LTDA
ADVOGADOS : RENI DONATTI - SC019796
CLAUDIOMIRO FILIPPI CHIELA - SC021196
AGRAVADO : GISLEINE BEATRIZ BRITZ
ADVOGADOS : CELSO SARAIVA RAMOS JUNIOR - RS049244
ANA RITA FIRMO DE SOUZA RAMOS - RS050280

DECISÃO

Em virtude das razões expostas na petição de fls. 319-332, e-STJ, reconsidero a decisão de fls. 315-316, e-STJ, proferida pela Presidência desta Corte Superior. Passo à nova análise do agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. EMBARGOS À PENHORA. IMPENHORABILIDADE DO IMÓVEL. BEM DE FAMÍLIA. DEMONSTRAÇÃO DE QUE O BEM IMÓVEL PENHORADO É UTILIZADO PARA RESIDÊNCIA DA PARTE EMBARGANTE. INCIDÊNCIA DAS DISPOSIÇÕES DO ART. 15 DA LEI Nº 8.008/90. PRECEDENTES DESTA CORTE E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. IMPENHORABILIDADE DE BEM MÓVEL (AUTOMÓVEL). VEÍCULO ÚTIL PARA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DA PARTE EMBARGANTE. IMPENHORABILIDADE RECONHECIDA. INCIDÊNCIA DO ART. 833, INCISO V, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. OCORRÊNCIA. NEGARAM PROVIMENTO. UNÂNIME.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados na origem.

Nas razões do especial, aponta a agravante violação dos artigos 489, 833 e 1.022 do Código de Processo Civil, alegando a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional com a rejeição dos embargos de declaração, sem suprimento das omissões relativas à ausência de elementos que justifiquem a não penhorabilidade do automóvel da executada, bem como da falta de cabimento de condenação em honorários sucumbenciais.

Sustenta que não houve demonstração nos autos de que a posterior alienação do automóvel do qual se pede a penhora impedisse a atividade profissional da executada.

Alega que não deve arcar com ônus de sucumbência, haja vista que com a interposição de simples petição nos autos, a devedora obteria o mesmo fim, sendo prescindível a interposição de embargos à execução para discussão das questões levantadas.

Da análise dos autos, observo que suas alegações de ofensa à lei federal não merecem prosperar.

Quanto à preliminar, não observo omissão no acórdão, senão julgamento contrário aos interesses da agravante, o que não autoriza, por si só, o acolhimento de embargos de declaração, nem sua rejeição importa em violação à sua norma de regência.

Esclareça-se que não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, para fins de convencimento e julgamento. Para tanto, basta o pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, o que se observa no presente caso, havendo fundamentação quanto aos requisitos da penhora dos bens do devedor e da responsabilidade da parte que deu causa ao incidente processual, revelando que os motivos da decisão encontram-se objetivamente fixados nas razões do acórdão recorrido.

O Tribunal local assim se pronunciou quanto à constrição do imóvel e automóvel (fls. 193-196, e-STJ):

No que tange, primeiro, à impenhorabilidade do bem imóvel, irretocável a sentença, pois que restou devidamente demonstrado que a parte apelada reside no bem, evidenciando-se, portanto, a exceção prevista no disposto no caput do art. 1º da Lei nº 8.009 /90, que reza, verbis: (...)

De outro lado, no que tange a eventual fraude à execução, isenta de reparo a sentença ao reconhecer o não preenchimento de seus requisitos, especialmente porque a venda de seus dois terrenos deu-se em momento anterior ao do ajuizamento da execução.

Ademais, suficientemente demonstrado que foi com esses recursos que a embargante adquiriu a residência onde mora.

Em outras palavras, segundo o que consta no processo, vendeu os terrenos para comprar a casa, e não para se desfazer do patrimônio e fraudar credores.

De qualquer modo, eventual fraude a credores ou à execução não teria influência direta no reconhecimento da impenhorabilidade especificamente sobre o bem imóvel objeto da lide, já que este foi objeto de compra pela embargante, e, não, de venda (tanto menos com vistas a fraudar credores ou a execução).

(...)

No caso dos autos, a prova existente aponte mais do que a mera facilidade que o meio de transporte traz à parte recorrida, mas sua plena utilidade, diante, sobremaneira, da seguinte percepção do Juiz de Primeiro Grau: *"a embargante logrou em comprovar que exerce a função de Projetista de Design e que, nessa função, utiliza o veículo para ir até a casa dos clientes e carregar os mostruários de papel de parede, piso laminado, carteia de cores, os quais são de vários tipos e pesados, não sendo possível carregá-los de uma só vez ou utilizando-se de transporte público"*.

Assim, o uso do veículo, especificamente no caso da atividade desenvolvida pela parte apelada, reflete, no mínimo, utilidade, pois utilizado para o deslocamento até os clientes, com materiais volumosos e pesados, o que não pode ser realizado por outros meios de transporte, a exemplo da utilização de transporte público.

A jurisprudência adotada nesta Corte Superior é no sentido de que o reconhecimento da impenhorabilidade, justificado pelo Tribunal de origem, mediante conclusão de que o executado logrou êxito em demonstrar que o aludido bem é necessário/útil para o desempenho profissional, revela-se seara que se situa fora do âmbito de julgamento do recurso especial, conforme a Súmula 7 do STJ.

Veja-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS A PENHORA. IMPENHORABILIDADE DE VEÍCULO. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE ELEMENTOS FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SUMULA 7 DO STJ. DISSÍDIO NÃO COMPROVADO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O Tribunal de origem, após análise dos elementos fático - probatório dos autos, reconheceu a impenhorabilidade do bem móvel utilizado pelo recorrido para realização do seu trabalho na empresa.

Alterar o entendimento do acórdão recorrido não é possível em sede de recurso especial, em razão do óbice da Súmula 7 do STJ.

Ademais, a avaliação do êxito do autor ou do réu em comprovar suas alegações (art. 333 do CPC), ou seja, se cumpriu ou não seu ônus probatório, demanda o reexame de fatos e provas, o que é inadmissível na via especial, a teor da Súmula 7 do STJ.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1018125/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 28/8/2017)

Quanto à condenação em honorários sucumbenciais, verifica-se que, apesar de também manejado sob o argumento da existência de divergência entre entendimentos de Tribunais distintos, nas razões do recurso especial, não houve indicação de quais dispositivos infraconstitucionais teriam sido violados pelo acórdão local, ressaltando-se que na instância ordinária não se aplica o brocardo *jura novit curia*, de modo que incide o verbete n. 284, do STF.

De igual teor:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. SÚMULA N. 284/STF. DANOS MORAIS. VALOR DA INDENIZAÇÃO. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O conhecimento do recurso especial exige a indicação dos dispositivos legais supostamente violados. Ausente tal requisito, incide a Súmula n. 284/STF.

2. (...)

3. (...)

4. Agravo interno a que nega provimento.

(AgInt no AREsp 1126226/MS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 30/10/2017)

Ademais, mesmo que o mencionado tema superasse o apontado óbice sumular, ainda assim, a pretensão não obteria êxito, em razão desta Corte Superior exarar a compreensão de que o reexame do princípio da causalidade na verba sucumbencial em embargos à execução, encontra óbice da Súmula nº 7/STJ.

De igual teor:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

EMBARGOS À EXECUÇÃO. ALEGAÇÃO DE VÍCIO NO JULGADO. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. FIXAÇÃO DA SUCUMBÊNCIA. CAUSALIDADE. ALTERAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. SÚM. 7/STJ.

1. (...)

2. De acordo com entendimento cristalizado na Súmula 303/STJ, "em embargos de terceiro, quem deu causa à constrição indevida deve arcar com os honorários advocatícios".

3. No caso, o Tribunal de origem, atento ao princípio da causalidade e com base nas provas produzidas nos autos, considerou que a ora agravante também deu causa aos embargos de terceiros. Rever essa conclusão demandaria reexame de provas, o que é vedado nos termos da Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1274490/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 21/9/2018)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora